



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**INCLUSÃO EDUCACIONAL NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DE
CASO MÚLTIPLO NO *CAMPUS* DE ALTAMIRA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ (UFPA)**

NAIANE DA SILVA MACHADO

Altamira-PA
2018

Naiane da Silva Machado

**INCLUSÃO EDUCACIONAL NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DE
CASO MÚLTIPLO NO *CAMPUS* DE ALTAMIRA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ (UFPA)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Educação do *Campus* de Altamira,
Universidade Federal do Pará, para obtenção do
Grau de Licenciatura em Pedagogia

Orientadora: Prof^ª.Dr^ª. Priscilla Bellard
M.deSouza

Altamira-Pará
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M149i

Machado, Naiane da Silva

INCLUSÃO EDUCACIONAL NO ENSINO SUPERIOR : ESTUDO DE CASO MÚLTIPLO NO
CAMPUS DE ALTAMIRA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA) / Naiane da Silva
Machado. — 2018

40 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Educação, Campus Universitário de
Altamira, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2018.

Orientação: Profa. Dra. Priscilla Bellard Mendes de Souza

1. Políticas Educacionais. 2. Ensino Superior. 3. Deficiência Física. I. Souza, Priscilla Bellard Mendes de
, *orient.* II. Título

CDD 371.9046098115

**INCLUSÃO EDUCACIONAL NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DE
CASO MÚLTIPLO NO CAMPUS DE ALTAMIRA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ (UFPA)**

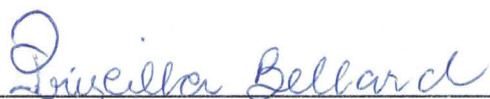
Elaborado por

NAIANE DA SILVA MACHADO

Como requisito para obtenção do grau de

Licenciado em Pedagogia

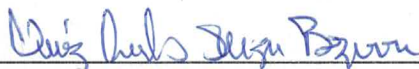
Aprovado em 19/02/2018



Prof^ª. Dr^ª. Priscilla Bellard Mendes de Souza (Orientadora)



Prof^ª. M.Sc. Gizelia Maria da Silva Freitas
(Membro da Banca Examinadora)



Prof^º Dr^º. Luiz Carlos Souza Bezerra
(Membro da Banca Examinadora)

Dedico este trabalho (In Memorian) a minha avó Maria Nunes da Silva pelo amor, carinho e os princípios morais que me ensinou, a minha amiga Jheyiane Nascimento Loyola por sua amizade, amor e dedicação.

Aos meus pais e minha irmã pelo amor, dedicação, compreensão e por acreditar que eu seria capaz de vencer essa jornada.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, toda Honra e Glória a ti senhor. Sou grata pela oportunidade de concluir o ensino superior. Por ter me dado força para vencer as barreiras que surgiram nessa caminhada.

Aos meus pais Gerival e Alzana por todo amor, dedicação e incentivo nesses anos, jamais conseguiria vencer essa árdua caminhada se vocês não estivessem me apoiado. A minha irmã Naiara e meu cunhado Wiks, que sempre estão ao meu lado me apoiando e motivando.

A minha orientadora Priscilla Bellard, pela competência, dedicação e apoio principalmente nos momentos que enfraqueci. É um exemplo de mulher para mim, agradeço a Deus pela oportunidade de aprender com você.

As minhas amigas Pricila e Rosália, vocês são presentes de Deus na minha vida. Nossa amizade é abençoada por ele, sabendo que teria momentos em que eu iria fraquejar, se encarregou de colocar duas jóias preciosas para segurar minha mão. E as minhas amigas Leide, Gabriela, Adriana e Andréia por todos esses anos de amizade e companheirismo.

Aos meus amigos André, Bruno e Pedro por ter me aturado nesses momentos de estresse, sei que não sou uma pessoa fácil, mas vocês estiveram ao meu lado me ajudando. E jamais poderia esquecer meu amigo João, por ter me escutado, apoiado e incentivado nessa etapa final.

A turma Pedagogia 2014 matutino, por todos esses anos juntas, foi difícil mas vencemos. Valeu a pena todo nosso esforço e dedicação.

A Universidade Federal do Pará por me proporcionar a realização deste curso, a coordenadora Ivonete Coutinho pelo seu trabalho frente ao *campus*. Aos técnicos, bolsista, vigias e as pessoas dos serviços gerais, cada um realizando uma tarefa e juntos cooperaram para a realização desse sonho.

Aos docentes da Faculdade de Educação que contribuíram para o aprendizado e também ao técnico Marcelo Neres pela colaboração. Em especial a professora Regina Celi, um grande exemplo de mulher para mim, sempre disposta a ajudar todos, seu apoio foi essencial.

A toda equipe do setor de Assistência Estudantil, o apoio financeiro foi fundamental para a permanência em Altamira.

Aos moradores da Casa dos Estudantes Universitários de Altamira pelo acolhimento, o meu primeiro lar, foi dois anos de muito aprendizado.

E por fim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente nessa minha caminhada.

DEUS É FIEL.

“ Chegamos a um tempo quando dizemos: “ Deus, eu não sei o que fazer. Eu estou de pé contra isto”.

Fale uma palavra. “Senhor, eu creio”, e apenas comece a andar para frente. Deus faz a abertura do mar. Apenas siga andando”.

Mensagem: Dia da Vitória- Parágrafo 57

William M. Branham

LISTA DE SIGLAS

ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio

IES- Instituições de Ensino Superior

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC- Ministério da Educação

NIS- Núcleo de Inclusão Social

PASES- Projeto de Assistência Estudantil e Assessoramento Pedagógico

PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil

PROEG- Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

PROEX- Pro-reitoria de Extensão

SEESP- Secretaria de Educação Especial

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

UFPA- Universidade Federal do Pará

UFPB- Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
INCLUSÃO EDUCACIONAL NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DE CASO MÚLTIPLO NO <i>CAMPUS</i> DE ALTAMIRA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA).....	10
INTRODUÇÃO.....	11
2 MÉTODO	13
2.1 Participantes.....	14
2.2 Ambiente.....	15
2.3 Instrumento	15
2.4 Procedimentos éticos e de coleta de dados	15
2.5 Procedimentos de análise.....	15
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	16
3.1 Dados da entrevista.....	16
3.2.1 Preconceitos entre alunos e docentes	16
3.2.2 Acessibilidade no <i>campus</i> universitário de Altamira.....	17
3.2.3 Vivências no Estágio Supervisionado.....	20
3.2.4 Anseio em desistir e suporte da assistência estudantil	21
3.2.5 Motivação para permanência no curso.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	26
SOBRE OS AUTORES.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS DO TCC.....	31
ANEXOS E APÊNDICES	33

APRESENTAÇÃO

A educação inclusiva nas universidades foi garantida por meio dos dispositivos legais e gradativamente expandida nas últimas décadas, e entre as deficiências que cresceram nas instituições de ensino superior está a deficiência física. A Universidade Federal do Pará no *campus* de Altamira foi o *lócus* deste estudo para verificar o atendimento aos discentes com deficiência física durante seu processo de inclusão educacional na instituição.

A importância nessa temática tem instigado a elaboração de pesquisas nas instituições de ensino superior. O interesse em realizar esse estudo foi desencadeado no projeto de pesquisa sobre “Educação Inclusiva no Ensino Superior: investigação do processo de acesso, permanência e evasão de alunos com deficiência no *campus* da UFPA de Altamira/PA”, em que fiz parte como aluna voluntária, e por perceber a escassez de pesquisa nessa temática no *campus*, motivando-me a realizar o estudo sobre a deficiência no âmbito do ensino superior.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um estudo de caso com objetivo analisar a percepção (dificuldades, medos, perspectivas durante o percurso acadêmico) de dois alunos com deficiência física do *campus* de Altamira-Pará. O trabalho está estruturado no formato de artigo, de acordo com a Resolução FAE nº 1 de 2017, que regulamenta a elaboração, orientação, defesa e avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos alunos de graduação da Faculdade de Educação- FAE/UFPA e segue as regras de formatação para submissão de manuscritos no periódico da Revista Cocar, com classificação Qualis CAPES: B1 Educação e A2 Ensino, é um periódico semestral do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA), (ISSN Eletrônico: 2237-0315/ ISSN Impresso: 1981-9269), cujas normas encontram-se no Anexo A.

Apresenta-se assim um trabalho de relevância por proporcionar discussão em relação a educação inclusiva nas universidades, em especial ao *campus* de Altamira.

**INCLUSÃO EDUCACIONAL NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DE CASO
MÚLTIPLO NO CAMPUS DE ALTAMIRA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO PARÁ (UFPA)**

*EDUCATIONAL INCLUSION ON HIGHER EDUCATION: MULTIPLE CASE STUDY
IN ALTAMIRA CAMPUS OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF PARÁ (UFPA)*

Naiane da Silva Machado
Priscilla Bellard M. de Souza
Universidade Federal do Pará-UFPA

Resumo: Nesse artigo são apresentados resultados da pesquisa qualitativa desenvolvida na Universidade Federal do Pará, *Campus* Altamira, no ano de 2017. O processo de implementação das políticas educacionais e as ações nas universidades em prol dos estudantes com deficiência têm avançado nos últimos anos. Dessa forma, esse estudo visou analisar a percepção sobre o processo de inclusão de dois alunos com deficiência Física da UFPA *campus* de Altamira-Pará. Como procedimento de coleta de dados foi realizada entrevista a partir de um questionário semiestruturado. Os resultados demonstraram que o processo de inclusão dos estudantes com deficiência física foi gradativamente superado no *campus*, embora ainda não estejam totalmente asseguradas todas as ações de superação e dificuldades no acesso, respeito, participação e permanência no ensino superior.

Palavras-Chaves: Políticas Educacionais. Ensino Superior. Deficiência Física.

Abstract: This article presents the results of the qualitative research developed at the Federal University of Pará, *Campus* Altamira, in 2017. The process of implementing educational policies and actions in universities for the benefit of disabled students has advanced in recent years. Thus, this study aimed to analyze the perception on the inclusion process of two physically disabled students from the campus of Altamira-Pará. As a data collection procedure, an interview was conducted using a semi-structured questionnaire. The results showed that the process of inclusion of students with physical disabilities was gradually overcome in the campus, although all actions of overcoming and difficulties in access, respect, participation and permanence in higher education are not fully assured.

Keywords: Educational Policies. Higher Education. Physical Disability.

INTRODUÇÃO

Os estudos no âmbito da educação especial são encontrados em diversas literaturas que remontam todo o histórico de inserção das pessoas com deficiência na educação brasileira. Salientando dentre os estudos, os trabalhos de Baptaglin e Souza (2012), Pereira (2017), Wellichan e Souza (2017) demonstram as legislações aprovadas pelo Ministério da Educação e conferências internacionais que visam o aprofundamento da política de inclusão.

Nas pesquisas dos autores acima citados destacam-se: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 4.024/61 em 1961; a Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990) realizada em Jomtien, Tailândia; a Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizado em Viena em 1993; a Portaria nº 1.793/1994, por meio da Secretaria de Educação Especial (SEESP). Em 1994, a Declaração de Salamanca que foi elaborada na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, na Espanha, tornou-se um marco mundial para a inclusão. A Conferência Mundial sobre Educação Superior, em 1998; o Fórum Internacional para Educação para Todos, ocorrido em Dakar, no Senegal em 2000 e a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiências, realizado na Guatemala, em 2001, foram importantes passos em direção a uma educação realmente inclusiva.

Salienta-se ainda a importância da construção das políticas de garantia de direitos presentes nos dispositivos legais acima destacados para a educação especial, inclusive os reflexos dessas iniciativas ecoaram na inserção de alunos com deficiência nas universidades e na garantia do acesso e permanência na escola e em instituições de ensino superior. Embora nas universidades, os estudos sobre a deficiência no ensino superior sejam poucos, o trabalho de Pereira (2017) apresenta iniciativas de garantia de permanência e acesso a incentivos pedagógicos em programas institucionais e projetos de extensão por meio das instituições de ensino superior federais. A autora destaca que para uma inclusão efetiva: é necessário a criação de uma cultura inclusiva dentro das universidades.

É importante enfatizar a elevação nas matrículas de alunos com deficiência em instituições no ensino superior. Pereira (2017) apresenta os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) que revelaram o aumento do acesso do

aluno com deficiência ao ensino superior de 5.078 em 2003 para 29.221 em 2013, indicando um crescimento de 572%”.

Outros indicativos a fim de superar as dificuldades referentes à pessoa com deficiência na instituição, em conformidade com as políticas de inclusão nas universidades brasileiras, foi constatado no estudo de Pereira (2017, p.86-87):

[...] imprescindível instalar mais elevadores com áudio para atender cegos ou baixa visão, bebedouros na altura acessível ao cadeirante, postes de iluminação para o público da noite, mais ônibus circular, banheiros adaptados em todos os prédios para cadeirantes e piso tátil em toda a instituição para auxiliar os alunos com deficiência visual. [...]. Ofertar mais material adaptado, cópias com fonte ampliada, mais salas equipadas com computadores e datashow, um número maior de profissionais interpretes de LIBRAS e de material em Braille. [...] grade para escrita cursiva, livros em formato digital, em áudio, em Braille e com fontes ampliadas. Ressaltaram também mais recursos tecnológicos como os programas de leitores de tela com síntese de voz conhecidos como Dosvox e Virtual Vision.

Sobre a política de inserção da pessoa com deficiência nas universidades, especialmente na UFPA, como agente público do aprofundamento científico e social do país e da comunidade paraense é necessário:

[...] assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar pesquisas, projetos e práticas pedagógicas que atendam as particularidades do estudante com deficiência e potencialize seu desenvolvimento acadêmico e social, sendo a formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado de suma importância para a concretização da inclusão da pessoa deficiente na comunidade escolar (WELLICHAN e SOUZA, 2017, p.13-14).

Entre os contrapontos da inserção de alunos com deficiência no ensino superior, Silva (2014, p.419) frisa algumas dificuldades para a efetivação da inclusão nas Instituições de Ensino Superior (IES), destacando “o acesso sem a devida preparação para formar, as restrições orçamentárias para mudanças arquitetônicas e comunicacionais e a não capacitação do corpo docente [...]”.

Citando os documentos orientadores das instituições de ensino superior e da legislação federal atual, têm-se algumas considerações sobre os conceitos em relação à deficiência física, sendo a principal a ser abordada nesse estudo. Na literatura pesquisada, é interessante citar o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que apresenta os tipos de paralisia da pessoa com deficiência física “[...] paraplegia,

paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida [..]” (BRASIL, 2004,p.1).

A deficiência física também tem como características a paralisia parcial ou total dos membros ou perda muscular, a coordenação dos movimentos e do equilíbrio (MELO; GONÇALVES, 2013, p.88). São diversas causas ou fatores que acometem a pessoa com deficiência física, que podem ser de ordem biológica (genética) ou por situações provocadas pelo ambiente (doenças ou acidentes). Melo e Gonçalves (2013, p.88) apresentam as seguintes causas:

Prematuridade; anóxia perinatal; desnutrição materna; rubéola; toxoplasmose; acidente vascular encefálico; aneurisma cerebral; tumor; ferimento por arma de fogo ou arma branca; acidentes de trânsito; mergulho em águas rasas; quedas; processos infecciosos; processos degenerativos; exposição à radiação; uso de drogas; causas desconhecidas, entre outras coisas.

A deficiência física seja pela paralisia dos membros superiores ou inferiores, afeta no modo de vida das pessoas que apresentam uma mobilidade reduzida e dificuldades no desenvolvimento das atividades. No âmbito acadêmico, o acesso e permanência do estudante com deficiência advêm de uma série de fatores, sejam elas psicológicas, arquitetônicas ou de condições socioeconômicas para a efetivação do estudante no espaço da universidade (MELO; GONÇALVES, 2013).

Diante desta problemática, o objetivo deste estudo foi analisar a percepção sobre o processo de inclusão de dois alunos com deficiência Física da UFPA *campus* de Altamira-Pará.

2 MÉTODO

A pesquisa versou a temática do trabalho pelo estudo de caso múltiplo, por se tratar de dois participantes com ideias distintas sobre a inclusão de pessoas com deficiência no *campus* universitário de Altamira.

Segundo Oliveira (2014, p.56) o estudo de caso múltiplo tem como característica analisar mais de uma realidade e do fenômeno no qual é o objetivo a ser discutido no trabalho.

Trata-se de uma abordagem qualitativa que, de acordo com a ideia de Minayo (2009, p. 21), a pesquisa qualitativa

[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das apresentações e da intencionalidade é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos [...].

Delineando sobre a pesquisa qualitativa, Godoy (1995) e Minayo (2012) apresentam considerações desse tipo de pesquisa como inovadora, e que desempenha um papel estimulador, criativo e de experiência ao investigador do problema a ser estudado.

2.1 Participantes

Participaram deste estudo dois alunos com deficiência física do curso de Letras- Português da Universidade Federal do Pará-*campus* de Altamira- PA, tendo como característica mobilidade reduzida¹.

O participante 1² iniciou o curso em Letras Língua Portuguesa no ano de 2012 e se formou em outubro de 2016 e tem 25 anos de idade. Entrou no curso por meio da cota Pessoa com Deficiência (PcD) do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e atualmente está cursando especialização na UFPA, e não exerce a profissão. Apresenta característica mobilidade reduzida moderada (caminha com dificuldade).

A participante 2² iniciou o curso em Letras Língua Portuguesa no ano de 2014 e tem 24 anos. Entrou no curso por meio do ENEM, sem solicitação de cota PcD. Apresenta característica mobilidade reduzida permanente (cadeirante).

¹ Segundo a lei 13.146 de 06 de julho de 2015, a mobilidade reduzida “IX - pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso”.

² Por motivos éticos, nesse estudo não serão divulgados o nome dos participantes.

2.2 Ambiente

A instituição atualmente apresenta dois *campus* para os cursos de graduação e pós-graduação, contudo, o estudo foi realizado apenas no *Campus I* da Universidade Federal do Pará. Como recursos de acessibilidade têm: rampas de acesso e um banheiro adaptado para PcD.

2.3 Instrumento

Os participantes da pesquisa, por meio de entrevista, responderam a um questionário com 10 perguntas semiestruturadas acerca de suas percepções sobre acesso e permanência do estudante com deficiência física no *campus* de Altamira. Considerou-se como elementos importantes para a formulação das perguntas, as temáticas referentes ao preconceito durante o curso, acessibilidade no *campus*, vivências no estágio supervisionado, suporte da assistência estudantil e motivação.

2.4 Procedimentos éticos e de coleta de dados

Este estudo foi submetido à Plataforma Brasil, base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos, e aguarda parecer avaliativo. A coleta de dados teve seu início após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com consentimento dos participantes na divulgação das entrevistas. As entrevistas foram realizadas no período da tarde e manhã, nas dependências da universidade e em um estabelecimento comercial, utilizando-se gravação em áudio e posterior transcrição literal das falas.

2.5 Procedimentos de análise

A análise dos dados ocorreu através da análise qualitativa de conteúdo, que segundo Bardin (1977, p. 31) “é um conjunto de técnicas de análise de comunicações”. O pesquisador ora se afasta do objeto de estudo, ora se aproxima para entender o fenômeno em curso.

Bardin (2016, p.41) destaca a necessidade da análise de conteúdo pelo pesquisador e a importância de investigar o fenômeno, “[...] a alegria do investigador é enorme quando o estudo “bate certo” (confirma ou infirmação de uma hipótese, não importa, desde que tenham resultados), ou quando um “achado” permite que siga por outra pista ou direção em outras interpretações”.

Assim, na análise de conteúdo o pesquisador traz hipóteses sob a temática em seu imaginário e durante sua jornada no estudo, confirma ou descobre novas pistas na análise do fenômeno.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Dados da entrevista

A partir dos dados das entrevistas, foram sistematizadas 5 categorias mais relevantes: 1) Preconceitos entre alunos e docentes; 2) Acessibilidade no *campus* universitário de Altamira; 3) Vivências no Estágio Supervisionado; 4) Anseio em desistir e suporte da assistência estudantil; 5) Motivação.

3.2.1 Preconceitos entre alunos e docentes

O primeiro ponto relevante nas entrevistas com os participantes do estudo foi em relação ao preconceito que poderia ter surgido durante o curso com os colegas de turma e os docentes.

O participante 1 relata que obteve apoio e não teve preconceito em relação aos colegas e aos docentes, seja internamente à sala de aula, ou fora, nos espaços da universidade. Em um trecho da entrevista, demonstra que havia solidariedade e cooperação em prol de sua mobilidade quando explica que, se em dado momento fosse à cantina ou Rio *campus* (espaços culturais), sempre tinha um colega para ajudar no deslocamento, conforme observado em sua fala:

Participante 1:

Na universidade também tive ajuda dos alunos, toda vez que eu chegava pedia alguma ajuda para um algum colega, tinha um colega para ajudar, isso não só na questão das disciplinas, mas também na questão de estrutura, por exemplo, se eu quisesse ir à cantina da universidade tinha alguém para me aparasse. ou ir naquela região do campus que é mais próximo do rio, também tinha alguém que me ajudasse.

A participante 2 também não relatou em sua entrevista casos de preconceito durante as aulas pelos colegas ou pelos docentes. Seu relato demonstra que sua relação é ótima com os colegas e professores da universidade:

Participante 2: Ótima a relação com os professores, não sofri preconceito por parte deles. Nunca tive problema em relação a isso. Eles me ajudam bastante em relação ao acesso dentro da universidade.

Corroborando com essa perspectiva apresentada pelos participantes, Oliveira (2013) considera a colaboração entre os pares, um fator essencial e fundamental para que esses indivíduos possam participar plenamente dos contextos nos quais se inserem. Dessa forma, a universidade deve criar espaços de superação da deficiência física por meio de dinâmicas entre os alunos, de aproximação com os colegas e os professores.

Um ponto importante destacado nos relatos é que no *campus* de Altamira-PA, não presenciaram situações de preconceito, contrariando com dados apontados em pesquisas semelhantes (OLIVEIRA, 2013; IGLESIAS; FREITAS; SUZANO, 2013; SANTOS, 2013). Isso reforça a necessidade de buscar estratégias para esclarecimentos e respeito com as pessoas deficientes, evitando que existam casos de preconceito contra os estudantes.

3.2.2 Acessibilidade no *campus* universitário de Altamira

A Universidade Federal do Pará iniciou suas atividades com o atendimento as pessoas com deficiência no ano de 2010 considerando as exigências das diretrizes nacionais e internacionais, mas sem uma política afirmativa interna em prol do estudante com deficiência na instituição. Isso mudou no ano de 2012 com o núcleo de inclusão social atendendo o decreto nº. 7.611 de 2011 sobre o atendimento educacional especializado, o que no estudo de Prado e Barros (2016, p.3) descreve que a “[...] implementação do núcleo da UFPA em 2012 implementou o denominado Núcleo de Inclusão Social, órgão ligado a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (NIS-PROEG) [...] O NIS foi criado em 2012 a partir da portaria nº 1416/2012 expedida pelo reitor [...]”

O objetivo central do núcleo foi atender a demanda de acessibilidade que deveria ser atendida como condicionante prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2015 da instituição. As deficiências a serem contempladas na época foram os “alunos com deficiência sensoriais (visual e auditiva), física, intelectual, além de alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), com Altas Habilidades e alunos com Transtornos Funcionais Específicos (TFE) ” (PRADO; BARROS, 2016, p.3).

Embora exista um órgão institucionalizado na UFPA para assegurar o atendimento da pessoa com deficiência, este atua com mais influência no Campi da instituição em belém/PA e sua atuação não é eficaz nos *campus* do interior.

O *Campus* Universitário de Altamira surgiu em 1987 com os cursos intervalares de Licenciatura em Letras, Pedagogia, Ciências, História, e Geografia e mais tarde na década de 1990 os primeiros cursos regulares Letras, Matemática, Pedagogia e o curso de Ciências Agrárias com a finalidade de atender o público de docentes que não tinham graduação em nível superior (SOUZA, 2016; SILVA, et al., 2017; VIEIRA, 2018). Atualmente o *campus* universitário de Altamira conta com os cursos de Letras, Pedagogia, Ciências Biológicas, Etnodesenvolvimento, Educação no Campo, Geografia, Engenharia Florestal, Engenharia Agrônômica e Medicina.

Em relação à acessibilidade do *campus* de Altamira, o participante 1, sentiu dificuldade no início de seus estudos com ausência de rampas para o acesso aos espaços da universidade. Após alguns anos, segundo o entrevistado, a situação melhorou com a criação de rampas:

Participante 1: Quando eu cheguei na universidade, eu vi um pouco de dificuldade com relação a acessibilidade, mas com o passar dos anos, foi melhorando, foi criando rampas de acesso, tendo melhor facilidade. Então a questão de acessibilidade para mim no início foi pouco difícil, mas alguns anos foram melhorando bastante, interessante essa evolução da acessibilidade.

É necessário para as pessoas com deficiência no ensino superior a garantia de acesso adequado aos espaços da instituição, o que expressa na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003: “[...] c) construção de rampas com corrimãos [...] d) adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas; e) colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros” (BRASIL, 2003, p.1).

O desagrado com a falta de acessibilidade, inadequação do banheiro adaptado e o piso na instituição também pode ser observada no relato da participante 2:

Falta melhorar o piso e as rampas. Praticamente quase nada mudou de quando ingressei para agora, a única coisa que mudou foram que colocaram fechadura na porta do banheiro. Principalmente o piso aqui é muito ruim, as rampas só têm duas no prédio, as outras são muito ruins, o piso é de péssimas condições.

Aliando a esta problemática, a participante 2 menciona que deixou de participar de um evento realizado pela UFPA, devido à coordenação do evento não atender à necessidade de deslocamento para o outro espaço destinado às atividades, conforme observado em sua fala:

Precisa ter um olhar mais específico para as pessoas com deficiência. Um exemplo foi a Feira Literária Internacional do Xingu (FLIX) que eu não

participei visto que eles colocaram em outro espaço externo ao campus. Eu moro em outra cidade os horários não batiam e nem tinha também a cadeira de roda para eu utilizar, eu teria que trazer de casa e que me dificultaria ainda mais.

Percebe-se no relato da participante 2 que a situação exposta sobre o evento e outras já mencionadas, causam constrangimento e sensação de impotência. Em relação a correção dessas falhas, Santos (2013) explica que a situação apresentada não é culpa da pessoa com deficiência e sim da universidade por sua falha, sendo que a omissão ou descumprimento da legislação pode gerar processos contra a instituição.

Os direitos das pessoas com deficiência física estão expressas na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) que prevê no artigo 3º de responsabilidade do poder público:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, p.1).

É importante salientar que as universidades adotaram o estatuto com muita resistência devido o auto custo para reestruturar e criar os espaços, sendo fundamental o papel das entidades em defesa das pessoas com deficiência. No *campus* de Altamira, dentre as conquistas, destaca-se a criação do Núcleo de Acessibilidade sob responsabilidade da assistência estudantil, no ano de 2017. As universidades nesse sentido devem adotar as medidas de suporte no que compreende a entrada dos estudantes com deficiência física ao ponto de atender com equidade e mudança de atitude de todos.

A política de acesso e de permanência na universidade somente tem efeitos positivos quando a coordenação e comunidade acadêmica respeitarem as garantias expressas na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, como assegurado em seu artigo 2º:

I - com respeito a alunos portadores de deficiência física:
a) eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;

- b) reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço;
- c) construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- d) adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- e) colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- f) instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas. (BRASIL, 2003, p.1).

Apesar da legislação vigente, a adoção dessas ações ainda esta sendo progressivamente desenvolvida nas universidades, o que não atende a dinâmica da vida dos estudantes com deficiência física.

3.2.3 Vivências no Estágio Supervisionado

O estágio supervisionado é uma das etapas formativas do curso de licenciatura que oportuniza a experiência na futura profissão do educador. No que corresponde aos estágios, durante o curso os participantes têm percepções diferente quanto à atuação como docente. O participante 1 expressa em seu relato que não tem desejo em ser professor e sentiu apenas receio dos alunos durante o estágio, devido os mesmos não terem tido contato com uma pessoa com deficiência física, como observado em sua fala:

Participante 1: Ainda não atuei como professor, só nos estágios que tive a experiência, se é que se pode contar como experiência de professor. [...] Não tenho vontade, não vou dizer que nunca vou fazer. [...]. Não passei por nenhuma situação de constrangimento na sala de aula, houve muito respeito. Houve um receio, eu imagino que o respeito por ser um professor e receio por esse uma pessoa com deficiência.

Já em relação a participante 2 a sua visão é de atuar como docente e o estágio foi considerado ótimo, não foi demonstrado receio como foi referido pelo participante 1 e durante a experiência na sala de aula os alunos foram bem participativos.

Analisando os relatos nota-se diferentes percepções sobre a relação entre os entrevistados com os alunos, seja pelo receio ou estranhamento com o docente com deficiência física ou ação de naturalidade demonstrada no relato da participante 2.

Participante 2: Os estágios foram ótimos, eu gostei, apesar dos alunos serem assim bem agitados, mas foi bom são bem participativos não tive problema. Não tive nenhum problema com eles. Não foi aquela coisa assim, de eu chegar na sala de aula, eles verem ou terem assim meio que ressentido por ser deficiente, me trataram como igual [...].

A partir dos contextos vivenciados no estágio que surgem a confiança e estímulo para a atuação como docente. Abordando essas considerações, Santos (2013, p.204) diz que “o contexto de formação carece de enfrentamento para se estabelecer relações interpessoais mais horizontalizadas, onde as diferenças/deficiências não sejam encaradas como impeditivas ao aprendizado”.

É no contexto do estágio que as práticas inclusivas têm que estar presentes para evitar o estranhamento, receio ou indiferenças que levam a desistência da atuação do docente. São necessárias práticas pedagógicas para instruir os alunos das escolas na interação com as múltiplas deficiências existente na sociedade.

No estudo de Gonzaga (2015, p.134) situa-se alguns elementos para as práticas inclusivas, cabendo ações nas universidades e nas escolas públicas “[...] o ensino cooperativo (apoio de colegas e especialistas), a aprendizagem cooperativa (ajuda mútua entre os alunos) e resolução de problemas (definição de regras e limites) com condutas respeitadas e solidárias”.

3.2.4 Anseio em desistir e suporte da assistência estudantil

A desistência de um curso é provocada por inúmeros fatores, desde a ausência de perspectiva de carreira profissional até por problemas familiares, isso também pode ser provocada pela falta de apoio institucional das universidades e de acesso adequado aos espaços da instituição.

O apoio institucional garantido pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil, foi um ponto exposto por um dos participantes. Dessa forma, a assistência estudantil oportuniza aos estudantes com deficiência a permanência no curso.

As ações de suporte para o atendimento as pessoas com deficiência foram implementadas a partir da criação do PASES- Projeto de Assistência Estudantil e Assessoramento Pedagógico no ano de 2013, Vieira (2018, p.29-30) pontua sobre o projeto

[...] no ano de 2013 foi instituído em caráter voluntário o Programa de Apoio Pedagógico e Psicológico (PASES) por essa professora, por meio da Portaria 265/2013. [...]tem atendido a estudantes com vulnerabilidade acadêmica e não somente socioeconômica, como previsto no PNAES, ou seja, qualquer estudante que se encontre com dificuldades de ordens distintas, que possam comprometer seu rendimento acadêmico e gerar uma possível evasão.

No *campus* universitário de Altamira atualmente encontra-se o PASES e mais recentemente a “Pesquisa em Políticas Educacionais do Ensino Superior: Assistência Estudantil e Permanência (PAEES)” e a Pesquisa sobre “Educação Inclusiva no Ensino Superior: investigação do processo de acesso, permanência e evasão de alunos com deficiência no *campus* da UFPA de Altamira-PA”. Também conta com a Assistência Estudantil que tem uma Psicóloga e uma Assistente Social para o apoio psicossocial dos estudantes.

O participante 1 no que se refere a Assistência Estudantil, relatou que não recebeu auxílios concedido a estudantes com deficiência na universidade, aliando a isso o desconhecimento do benefício:

Participante 1: Não recebi e nem fui atrás, sinceramente eu fiquei sabendo de alguma assistência estudantil, eu acho que foi no ano passado no final do curso. Fiquei sabendo até com uma professora. Acho que ela me falou uma vez [...] se você quiser algum tipo de auxílio a universidade pode custear para ti.

A participante 2 em seu relato demonstra conhecimento sobre a assistência estudantil no *campus*, com algumas tentativas para receber o auxílio para pessoas com deficiência, ofertada pela Pro-reitoria de Extensão (Proex) no ano de 2015, conforme observado nos relatos:

Participante 2: Da assistência estudantil eu tenho suporte, recebo uma bolsa, o auxílio PcD, foi muita dificuldade para conseguir, mas consegui. Eu entrei na universidade 2014 e comecei a receber final de 2015.

A Assistência estudantil busca a equidade de condições na integralização do curso para os estudantes, seja por meio do apoio financeiro com a obtenção de auxílio ou através de atendimento psicológico.

Entretanto, umas das grandes dificuldades observadas no relato dos participantes, a falta de informação e os processos burocráticos que são exigidos nos editais, aliando essa problemática a assistência estudantil no *campus* de Altamira não tem autonomia no deferimento ou não da solicitação do estudante o que causa em muitos casos a evasão do curso (VIEIRA, 2018).

Importante salientar esse aspecto nas entrevistas devido o amparo legal que a assistência estudantil tem nas universidades. As iniciativas surgiram em 2005 com o governo federal por meio do Ministério da Educação (MEC), que lançou o programa de Acessibilidade no Ensino Superior denominado Programa INCLUIR. Esta iniciativa visava atender o número crescente de estudantes com deficiência física nas instituições

de Ensino Superior, com objetivo de proporcionar a garantia de políticas de acessibilidade, como expressa o documento orientador Programa Incluir- Acessibilidade na Educação Superior:

[...] as IES devem estabelecer uma política de acessibilidade voltada à inclusão das pessoas com deficiência, contemplando a acessibilidade no plano de desenvolvimento da instituição; no planejamento e execução orçamentária; no planejamento e composição do quadro de profissionais; nos projetos pedagógicos dos cursos; nas condições de infraestrutura arquitetônica; nos serviços de atendimento ao público; no sítio eletrônico e demais publicações; no acervo pedagógico e cultural; e na disponibilização de materiais pedagógicos e recursos acessíveis (BRASIL, 2013, p.12).

No trabalho de Silva (2016) apresenta-se a necessidade de criação de núcleos de acessibilidade nas universidades conforme prevê o documento orientador para a implementação de políticas públicas na educação especial. Em relação aos núcleos, segundo a pesquisa foram criados cerca de 300 núcleos de acessibilidade entre 2005 a 2012 por meio do programa INCLUIR.

O *campus* de Altamira nesse sentido começa a implantar a rede de apoio para as pessoas com deficiência, essencial no que se propõe o acesso e principalmente a permanência. Incluindo-se nessa perspectiva de apoio, foi criado o núcleo de acessibilidade ao PcD no *campus* e está em fase de estruturação, mais uma conquista para os estudantes com deficiência na região da Transamazônica-Xingu.

A instituição tem que elaborar estratégias de enfrentamento dessas realidades garantindo aos discentes com deficiência um suporte com eficiência e qualidade, seja em questões psicossociais ou financeiro. O apoio psicossocial é essencial para a permanência dos estudantes durante o curso, evitando a desistência dos mesmos. Também é necessário a garantia de direito no deslocamento, manutenção de despesas na cidade em casos de pagamento de aluguel e materiais didáticos durante o curso, aspectos que podem ser observado nos relatos:

Participante 1: Pensei demais em desistir, porque surge aquelas disciplinas que são pesadas, de muita teoria, muito sofrimento mesmo, e aonde eu senti mais incomodado foi justamente os estágios, porque eu achava que eu não daria conta, e meio que encontrei minha forma de dar as minhas aulas nos estágios.

Participante 2: A maior dificuldade é o receio mesmo, não de desistir, mas tornou cansativo questão da distância porque moro em outra cidade, aí está

vindo por exemplo saí de casa quase 7 da manhã e chego 13:30 da tarde, então é bem cansativo. Morei quase 2 anos aqui aí que eu fui para vitória.

Nos relatos a deficiência física não é uma condicionante para a desistência do curso, entretanto, os participantes demonstram as fragilidades emocionais e econômicas inerentes a todo indivíduo na sociedade.

Diante do contexto, Duarte et al (2013, p. 292) refletem sobre a participação de todos no objetivo da inserção do aluno com deficiência no ensino superior, o autor expõe “[...] É preciso considerar que a universidade pública brasileira não pode ser tomada como a única responsável por este processo, mas como parte integrante da implementação de políticas públicas que garantam apoio financeiro às ações [...]”.

A ausência de suporte psicossocial e financeiro são os principais fatores que causam a desistência do curso e nas entrevistas foi uma das inquietações citadas pelos participantes. Uma das alternativa para atenuar esta problemática específica aos estudantes com deficiência é a aumentar a ofertas de bolsas PcD no *campus*, seja por meio de projetos de iniciação científica ou estágios em outras instituições públicas ou particulares.

Para que o estudante se sinta motivado e a universidade cumpra seu papel social é necessário promover ações que fortaleça seu vínculo com a universidade, potencializando o aprendizado e principalmente tenham espaços adequados seja por meio da estrutura física quanto nos processos educativos. Diante desses aspectos, Felix (2014, p.167) expõe “[...] é inegável o papel social da universidade e seu compromisso de proporcionar um processo educacional mais justo e democrático para a elaboração de conhecimentos e efetivação de políticas inclusivistas”.

3.2.5 Motivação para permanência no curso

A motivação do participante 1 surgiu de uma necessidade em adquirir uma formação no ensino superior, para o mercado de trabalho, embora o curso de letras não tivesse sido o curso de preferência inicial:

Participante 1: Olha motivação foi entrar para o jornalismo e para sair também o jornalismo, é porque eu cheguei na cabeça que eu queria fazer alguma coisa relacionada ao que gosto, que é o jornalismo esportivo. E encontrei três pontos durante o curso: o jornalismo esportivo, futebol e Nelson Rodrigues, então [...] eu juntei o útil e o agradável e aí motivou bastante para continuar até o fim.

A participante 2 em seu relato menciona a formação no ensino superior para o mercado de trabalho e principalmente seu desejo de lecionar, com objetivo de obter um bom salário. Discutindo sobre a motivação, o estudo de Almeida (2012) explica que a motivação do acesso, permanência e conclusão ao ensino superior está relacionado com o perfil do curso, seu status e retorno financeiro no término do mesmo. Embora isso seja recorrente, a motivação passa também por outros fatores inerentes ao estudante, citados nas outras seções deste estudo como distância da universidade, suporte da assistência estudantil, acessibilidade no *campus*.

Participante 2: A minha motivação é a questão que todo mundo espera: você formar, conseguir um bom emprego, um bom salário, para você ter uma renda melhor. Pretendo exercer, quero ir para a sala de aula. Eu gostei até agora, sabe-se que é necessário ter muita paciência porque está lidando com adolescente é bem complicado.

A motivação diminui à medida que os sistemas escolares estimulam apenas traços de autoridade, aversão à diversidade de ideias e a castração da criatividade dos indivíduos. Almeida (2012, p.43) explica que “quando o aluno chega ao ensino superior, ele é também o resultado de um sistema que prezou a autoridade do professor e da escola, quanto à seleção, organização e transmissão da informação”.

No ensino superior, deve ser respeitado o tempo e o ritmo de aprendizagem, para que os estudantes com deficiência possam superar suas dificuldades e o processo educacional que causou problemas emocionais, como a castração da criatividade. Sobre a importância de respeitar a aprendizagem do aluno, Queiroz (2017, p.53) explica:

Ao conhecer e respeitar o estilo de aprendizagem do aluno, o professor contribui para ampliar o seu grau de motivação e engajamento [...] Isso inclui um processo de avaliação formativa e diagnóstica eficaz, que permita um acompanhamento efetivo do aluno, de forma que ele possa ser auxiliado prontamente ao menor sinal de dificuldade.

A falta de acompanhamento efetivo nas universidades, pode levar a queda do rendimento durante o curso. Dessa forma, as instituições devem incentivar o respeito, atendimento adequado e avaliação formativa que contribuam para a motivação no decorrer do curso. Para que assim, os estudantes com deficiência sejam de fato incluídos numa formação acadêmica de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desse estudo, foi analisar a percepção sobre o processo de inclusão de dois alunos com deficiência Física da UFPA *campus* de Altamira-Pará. Constatando-se que o *campus* universitário de Altamira apresenta avanço gradativo em relação a educação inclusiva.

O processo de inclusão no ensino regular tal como nas universidades é recente, e as políticas de inclusão ainda não correspondem às necessidades reais dos estudantes, sendo as pesquisas no ambiente acadêmico escassas, revelando a necessidade de trabalho para o *campus* de Altamira e nas demais universidades.

Apesar da garantia nos dispositivos legais para o pleno atendimento, as universidades ainda carece de uma maior investimento na política inclusiva. Nesse sentido, o *campus* de Altamira-PA conta com o núcleo de acessibilidade, sendo um setor específico no diagnóstico da realidade dos estudantes com deficiência no ensino superior.

Nas entrevistas, podemos perceber uma necessidade de maior atenção para a educação inclusiva no *campus*, como por exemplo, melhorias nas rampas, condições adequadas para participação nos eventos, apoio psicossocial e financeiro. Dessa forma, as universidades públicas devem estimular a adoção de práticas pedagógicas e também oportunizar acesso a bolsas de iniciação científica e de extensão, direcionando para um olhar mais sensível as múltiplas deficiências.

O trabalho poderá contribuir para criação de mais pesquisas em torno da educação inclusiva no ensino superior, principalmente no *campus* de Altamira-PA. Não basta incluir no espaço físico, é necessário criar oportunidades para o sujeito desenvolver suas potencialidades durante o percurso acadêmico e na vida fora dos muros das universidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Débora Menegazzo de Sousa. **A motivação do aluno no ensino superior: um estudo exploratório.** 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2012/2012_-_ALMEIDA_Debora_Menegazzo_Sousa.pdf>. Acesso em 28 de dezembro de 201

BARDIN, Laurecen. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Editora Livraria Martins Fontes. São Paulo. Páginas 118,1977.

_____. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Editora Almedina Brasil. São Paulo. Páginas 141,2016. Disponível em:<<https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>>. Acesso em 06 de fevereiro de 2018.

BAPTAGLIN, Leila Adriana; SOUZA, Karina Malon. **Inclusão na educação superior: uma revisão das produções Atuais**. Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSM. Santa Maria/RS, 2012. Disponível em:<<http://www.unifra.br/eventos/sepe2012/trabalhos/5325.pdf>>. Acesso em 05 de Agosto de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Decreto/D5296.htm#art70>. Acesso em: 12/02/2018.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em 26 de Janeiro de 2018.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasil, 2003. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em 28 de Outubro de 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/Sistema de Seleção Unificada. **Documento Orientador Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior**, 2013. Disponível em:<https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/Programa_Incluir_Ensino_Superior.pdf?1473203904>. Acesso em 26 de Janeiro de 2018.

DUARTE, Emerson Rodrigues et al. Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Esp. Marília, v. 19, n. 2, p.289-300, jun. 2013. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v19n2/a11v19n2.pdf>>. Acesso em 28 de Outubro de 2017.

FÉLIX, Virgilino Martins. Inclusão de alunos com deficiência no ensino superior brasileiro: as universidades brasileiras estão preparadas para incluir e atuar na formação acadêmica desses alunos. **Paidéia: Revista do Curso de Pedagogia da Universidade Fumec**, Belo Horizonte, v. 17, n. 11, p.163-183, jul. 2014. Disponível

em:<<http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/view/3934/1954>>. Acesso em 28 de Outubro de 2017.

GONZAGA, Jonas Marcelo. Relatório de (um) estágio em docência do ensino superior. **Cadernos de Educação**, v.14, n. 29, p. 131-139, jul.-dez, 2015. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/cadernosdeeducacao/article/viewFile/6287/5057>>. Acesso em 28 de dezembro de 2017.

IGLESIAS, Victor Dinalli Ornellas; FREITAS Maria Nivalda de Carvalho; SUZANO, Janayna de Cássia Coelho. Estereótipos e Preconceito em Relação às Pessoas com Deficiência: a perspectiva dos gestores. XXXVII Encontro da **ANPAD**, Rio de Janeiro- 7 a 11 de setembro, 2013. Disponível em:<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_GPR1653.pdf>. Acesso em 28 de dezembro de 2017.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em 02 de Setembro de 2017.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; GONÇALVES, Maria de Jesus. Acesso e Permanência de Estudantes com Deficiência Física no Ensino Superior. In: MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de (org.). **Inclusão no Ensino Superior: docência e necessidade educacionais especiais**. EDUFRN, Natal, RN, 2013. Disponível em:< arquivos.info.ufrn.br/arquivos/.../LIVRO_INCLUSO_NO_ENSINO_SUPERIOR.pdf >. Acesso em 28 de Outubro de 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. Disponível em: < <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2015/03/MINAYO> >. Acesso em 01 de Setembro de 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, vol.17 n.3 ,Mar. 2012 Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csc/v17n3/v17n3a07>>. Acesso em 01 de Setembro de 2017.

OLIVEIRA, Cristina Borges de. Jovens Deficientes na Universidade: experiências de acessibilidade? **Revista Brasileira de Educação**, Niterói, RJ, v. 18, n. 55, out.-dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n55/09.pdf>>. Acesso em 28 de dezembro de 2017.

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. **Editora Vozes** Petrópolis,RJ. 6º ed, 2014.

PEREIRA, Rosamaria Reo. **Estresse, características resilientes e sociodemográficas de alunos com deficiência e com transtornos funcionais específicos da UFPA (Campus do Guamá)**. 196 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação, Núcleo de Pesquisa e Teoria do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em:<

<http://ppgtpc.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/Rosamaria%20Reo%20Pereira%202017.pdf>>. Acesso em 05 de Agosto de 2017.

PRADO, Rosilene Rodrigues; BARROS, Tatiana Nazaré de Carvalho Artur. Reflexões sobre o atendimento à alunos com deficiência visual e a demanda de transcritores e revisores braille no núcleo de acessibilidade e inclusão social da UFPA. **III Congresso Paraense de Educação Especial**, 24 a 26 de novembro de 2016, Marabá. Disponível em:<https://cpee.unifesspa.edu.br/images/Comunicacao_2016/REFLEXES_SOBRE_O_ATENDIMENTO.pdf>. Acesso em 02 de Setembro de 2017.

QUEIROZ, JOÃO DIAS DE. **A influência da motivação intrínseca e do engajamento conhecimento multidimensional no desempenho do aluno, sob a perspectiva da sociedade do conhecimento**. Universidade Federal da Bahia-UFBA, Salvador, BA, 2017. Tese de doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento. Disponível em:<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/24321>>. Acesso em 28 de dezembro de 2017.

SANTOS, Jaciete Barbosa dos. **Preconceito e Inclusão: trajetórias de estudantes com deficiência na universidade**. Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PGEduC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, BA, 2013. Disponível em: <<http://www.cdi.uneb.br/pdfs/teses/2013/1109141601.pdf>>. Acesso em 28 de dezembro de 2017.

SILVA, Jefferson Olivatto da. Ações inclusivas no ensino superior brasileiro. **Rev. bras. Estud. pedagog.** Brasília, v. 95, n. 240, p. 414-430, maio/ago. 2014. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v95n240/09.pdf>>. Acesso em 02 de Setembro de 2017

SILVA, Kele Cristina da. SILVA. **CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE: o ponto de vista de estudantes com deficiência**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 149f, Marília, SP, 2016. Disponível em:<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/138845/silva_kc_me_mar.pdf?sequence=3>. Acesso em 07 de novembro de 2017.

SILVA, J. K. S. da; et. al. **A Assistência Estudantil na UFPA - Campus Universitário de Altamira: Primeiras Aproximações**. Jornada Internacional de Educação Paraense-JIEP. Tucuruí, 2017. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

SOUZA, B. M. de. A evasão no curso de Pedagogia da UFPA, *campus* Altamira. **Anais do XXI EPEPe, Tucuruí, Pará, 2016**.

VIEIRA, Pricila Iysik. **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: de sua gênese à efetivação na UFPA-Campus de Altamira**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Pará. 2018.

WELLICHAN, Danielle S. Pinheiro; SOUZA, Camila da Silva. A inclusão na prática: alunos com deficiência no ensino superior. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v.21, n.1, p. 146-166, 2017. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9786>>. Acesso em 05 de Agosto de 2017.

SOBRE OS AUTORES

Priscilla Bellard Mendes de Souza- Possui doutorado ano de 2017 em Psicologia (Teoria e Pesquisa do Comportamento) na Universidade Federal do Pará, cuja linha de investigação abrange a área da Psicologia do Desenvolvimento Humano e Educação Inclusiva de crianças com alterações do desenvolvimento. Professora efetiva de Psicologia da Educação da Faculdade de Educação da UFPA/ Campus de Altamira. Atualmente coordena o Projeto de Pesquisa: Educação Inclusiva no Ensino Superior: investigação do processo de acesso, permanência e evasão de alunos com deficiência no *Campus* da UFPA de Altamira/PA. Publicações mais relevantes: SOUZA, P. B. M.; RAMOS, M. S; Fernando Augusto Pontes; SILVA, S.S.C . Coparentalidade: um estudo de revisão sistemática de literatura. *Estilos da clínica* (USP. IMPRESSO), v. 21, p. 700-720, 2017. SOUZA, P. B. M.; SILVA, S.S.C ; RAMOS, E. . Relações coparentais e Auto-eficácia de cuidadores de crianças com paralisia cerebral. *PAIDÉIA* (USP. RIBEIRAO PRETO. IMPRESSO), 2018.

Naiane da Silva Machado-Formanda do curso de licenciatura Plena em Pedagogia Faculdade de Educação da UFPA/ *Campus* de Altamira. Voluntária do Projeto de Pesquisa: Educação Inclusiva no Ensino Superior: investigação do processo de acesso, permanência e evasão de alunos com deficiência no *campus* da UFPA de Altamira/PA. Publicação mais relevante: As Tecnologias da Informação no Ensino Fundamental: da Informação ao Surgimento dos blogs como elemento pedagógico. Congresso Nacional de Educação (CONEDU), 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO TCC

O final do percurso acadêmico é muito importante para os estudantes, o grande momento de elaborar e apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso, sendo considerado por alguns um grande desafio, mas que de fato é relevante para a formação profissional, onde o estudante poderá expressar os saberes adquiridos ao longo da caminhada.

A produção do TCC é um dos momentos que possibilita ao estudante relacionar as teorias estudadas com a realidade a ser pesquisada, contribuindo com mais conhecimento para o estudante e com o meio acadêmico.

O objetivo do estudo se concentrou na perspectiva do aluno com deficiência física no *campus* de Altamira. Diante das entrevistas e análises realizadas, verificou-se as aspirações, medos e considerações a respeito da educação inclusiva no ensino superior a nível local.

Foi possível identificar algumas temáticas mais relevantes das entrevistas com os participantes, entre elas, percebeu-se que o *campus* universitário de Altamira precisa melhorar o atendimento em relação as pessoas com deficiência física.

Importante salientar no estudo algumas iniciativas do *campus* de Altamira-PA, como a criação do núcleo de acessibilidade e grupos de pesquisas em relação a pessoa com deficiência no ensino superior, atendendo as políticas de inclusão. Desenvolver essa pesquisa trouxe grandes contribuições para minha formação acadêmica, possibilitando conhecer a realidade de estudantes com deficiência no ensino superior.

Coletar dados no *campus* é muito importante tanto para dar visibilidade a realidade dos estudantes com deficiência, como também contribui para a minha qualificação. Apesar da grande necessidade de estudos sobre esse tema, essa experiência me proporcionou um olhar pedagógico mais nítido nas práxis a ser desenvolvida na minha atuação profissional.

A inclusão é um processo que garante atendimentos educacionais para alunos com deficiência, tendo garantia de acesso e permanência nas instituições. É uma forma de oportunizar e promover situações diversas de ensino para todos, reconhecendo que somos iguais perante a lei e diferentes, porque possuímos características e necessidades individuais.

Espera-se que esse estudo dê visibilidade à realidade dos estudantes com deficiência no *campus* de Altamira-PA, instigando mais pessoas a desenvolver

pesquisas na área da educação inclusiva e principalmente produza ações efetivas no atendimento das pessoas com deficiência, para que de fato a inclusão seja de qualidade.

ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO A- NORMAS DA REVISTA COCAR PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS REVISTA COCAR

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Informações

1. A Revista Cocar aceita para publicação artigos inéditos de autores brasileiros e estrangeiros na área de educação e ciências humanas, com ênfase em educação, inclusão e diversidade cultural, resultantes de estudos teóricos, pesquisas e relatos de experiências. Excepcionalmente poderão ser publicados artigos de autores brasileiros ou estrangeiros editados anteriormente em livros e periódicos que tenham circulação restrita no Brasil.
2. Os artigos originais (português, espanhol ou inglês) devem ter entre 15 e 20 laudas, digitados em papel A4, fonte Times New Roman, no corpo 12, com espaçamento entre linhas 1,5, margens direita/superior/inferior 2,5cm, margem esquerda 3,0 cm, incluindo referências (contar com Ferramentas do processador de textos Word for windows). Deverão conter resumo (português/espanhol e inglês), em torno de 10 linhas, com três palavras-chave e keywords.
3. A publicação de artigos está condicionada a pareceres de membros do Comitê Científico ou de Colaboradores Ad hoc. A seleção de artigos para publicação toma como critérios básicos sua contribuição à educação e à linha editorial da Revista, a originalidade do tema ou do tratamento dado ao mesmo, assim como a consistência e o rigor da abordagem teórico-metodológica. Eventuais modificações de estrutura ou de conteúdo, sugeridas pelos pareceristas ou pela Comissão Editorial, só serão incorporadas mediante concordância dos autores.
4. A Revista Cocar também aceita para publicação de resenhas, que devem ter entre 3 e 6 laudas. A digitação e a formatação devem obedecer a mesma 2 orientação dada para os artigos originais.
5. Os originais poderão ser encaminhados à Secretaria da Revista por e-mail ou pelo correio, nesse último caso é obrigatório o envio de 3 vias impressas e o

arquivo correspondente em CD-ROOM.

6. As menções a autores, no correr do texto devem subordinar-se à forma AUTORDATA (NBR 10520/2002), como nos exemplos: Silva (1989); Silva (1989, p.43); (SILVA, 1989) ou (SILVA, 1989, p.95). Diferentes títulos do mesmo autor, publicados no mesmo ano, deverão ser diferenciados adicionando-se uma letra depois da data, por exemplo: (GARCIA, 1995a), (GARCIA, 1995b) etc.

7. As transcrições de até 3 linhas devem estar somente entre aspas duplas; se mais de 3 linhas, fonte 10, sem aspas, recuo de 4 cm, espaço simples. Transcrições de falas de informantes devem estar em itálico, espaço simples, fonte 12, recuo de 2 cm.

8. As Referências, alinhadas a esquerda, devem conter exclusivamente os autores citados no trabalho e ser apresentadas ao final do texto, em ordem alfabética, obedecendo às normas atualizadas da ABNT (NBR 6023/2002). Matérias que não contenham as referências ou que as apresentem de forma incorreta não serão consideradas para exame e publicação. Observa-se que as bibliotecárias das Universidades estão aptas a oferecer orientações relativas ao uso correto das mesmas. Exemplos da aplicação das normas da ABNT encontram-se ao final destas Normas.

9. As notas de rodapé devem ser exclusivamente explicativas. Todas as notas deverão ser numeradas e aparecer no pé de página (usar comando automático do processador de textos: Inserir/Notas).

10. Ao final do texto, o autor deve fornecer dados relativos a sua maior titulação, instituição e área em que atua, últimas duas ou três publicações ou publicações mais importantes, título da pesquisa que está desenvolvendo, bem como indicar o endereço eletrônico e o endereço completo, para correspondência.

11. Os quadros, gráficos, mapas, imagens etc. devem ser apresentados em folhas separadas do texto (indicando-se os locais em que devem ser inseridos), devendo ser numerados e titulados e apresentar indicação das fontes que lhes

correspondem. Sempre que possível, deverão ser confeccionados para sua reprodução direta.

12. O envio de qualquer colaboração implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais à Revista Cocar. A Revista não se obriga a devolver os originais das colaborações 3 enviadas. A cada autor principal do artigo, relatos de pesquisa/experiência educativa e resenha serão oferecidos 3 exemplares. O envio deverá ser para a Revista Cocar. Universidade do Estado do Pará Programa de Pós-graduação em Educação Travessa Djalma Dutra s/n Bloco III, Térreo Telégrafo CEP. 66113-010 Belém, PA. e-mail: revistacocar@hotmail.com site: www.uepa.br/mestradoeducacao.

Exemplos de

Referências:

Livro:

MIRANDA, Henrique Rodrigues de. Diagnóstico participativo: a experiência de Igarapé Miri- PA. Belém: UEPA, 2001.

Artigo de periódico:

SILVA, Ana Kely. Tendências atuais da educação superior. Comunicação Universitária. Belém, v.1, n.3, p.58-61, 2001.

Dissertação:

ARAGÃO, Marta Genú Soares. Entre o desejo e o prazer: a criatividade, a aprendizagem. 1998. 106f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba-SP, 1998. Internet-página: MEIO ambiente.

APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____li e ouvi os esclarecimentos sobre a pesquisa Inclusão educacional no ensino superior: estudo de caso no *campus* da UFPA de Altamira-PA, realizada pela graduanda Naiane da Silva Machado, da qual participarei. A explicação que recebi esclarece os objetivos da pesquisa e que não me oferecerá riscos morais e/ou físicos. Entendo que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão. Estou ciente que os dados coletados serão divulgados no relatório da pesquisa e nos demais meios de divulgação em que a pesquisa for veiculada. Ainda estou ciente, que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo.

() Solicito garantia do meu total anonimato

() Autorizo a divulgação do meu nome

Participante da Pesquisa

Pesquisadora

Professora
Orientadora

Altamira, ____ de outubro de 2017.

APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

Este Questionário será aplicado para fins acadêmicos atendendo os princípios éticos e de confiabilidade da pesquisa.

Título da pesquisa: “Inclusão educacional no ensino superior: estudo de caso no *campus* da UFPA de Altamira-PA.”

Orientanda: Naiane da Silva Machado

Orientadora: Prof^a Dr^a Priscilla Bellard Mendes de Sousa

- 1) Dados do perfil: idade, curso, tipo de deficiência.
- 2) A Faculdade oferece suporte quanto ao aspecto psicossocial durante as disciplinas?
- 3) O *Campus* Universitário de Altamira atende as expectativas quanto em relação a acessibilidade?
- 4) Como é sua relação com os demais colegas durante as disciplinas? Você sentiu preconceito de algum colega?
- 5) Qual a sua relação com professores nas disciplinas? Você sentiu preconceito de algum professor?
- 6) Quais as maiores dificuldades que enfrentou em sua trajetória acadêmica durante o curso?

- 7) Em que medidas o *campus* universitário de Altamira em sua opinião deve melhorar para atender a demanda do estudante com deficiência?
- 8) Qual sua condição socioeconômica atualmente?
- 9) Obteve algum tipo de suporte da Assistência Estudantil durante o curso?
- 10) Já passou por alguma situação de constrangimento durante as aulas ou no *campus*?
- 11) Qual a sua perspectiva após a conclusão do curso?
- 12) Teve acesso por meio de cotas para PCD?
- 13) Você sofreu preconceito na UFPA? Se sim, de quem?